



Especial

Com avanço da Covid, isolamento mais severo retorna à discussão

Sociedade Riograndense de Infectologia defende aumento das medidas restritivas, mas entidades do setor produtivo são contra. Temendo impacto econômico, gestores tentam evitar um rigor maior

MP alerta sobre direito de ir e vir

Procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen explica que, legalmente, um lockdown implica no enrijecimento das medidas restritivas, mas cada cidade ou Estado é livre para definir o formato do bloqueio total. Ele esclarece que governadores e prefeitos podem decretar lockdown dentro do que prevê a legislação, ou seja, ampliar restrições, inclusive impedindo aglomerações. "Podem fechar ruas para trânsito, mais espaços públicos, clubes e comércios. Mas não privar o direito de ir e vir de forma geral. Pela Constituição Federal, um lockdown severo que inclua toque de recolher, onde as pessoas sejam proibidas de sair de casa, pode ocorrer apenas em estado de sítio e de defesa e a determinação deve partir do governo federal", ensina.

Isolamento no RS

Apesar de considerada baixa por infectologistas, a taxa de isolamento no Estado foi a maior do País entre os dias 5 e 11 de julho, quando 44,5% dos gaúchos ficaram em casa, comportamento próximo do início da pandemia, quando medidas mais restritivas foram adotadas na metade de março. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda isolamento mínimo de 50% para conter o vírus. O ideal é na faixa de 70%.

Ermilo Drews

ermilo.neto@gruposinos.com.br

O avanço do novo coronavírus no Estado, especialmente em cidades da Região Metropolitana, trouxe à tona novamente o debate sobre a adoção de medidas ainda mais restritivas para aumentar o percentual de isolamento social, ação que ajuda a frear a transmissão do vírus. Na última semana, o Rio Grande do Sul alcançou o segundo lugar no ranking nacional de Estado com maior crescimento de mortes diárias por Covid-19.

A favor do aumento do confinamento está a Sociedade Riograndense de Infectologia (SRGI), que considera as ações adotadas até o momento insuficientes para conter a pandemia. Em manifesto público, a entidade cobrou que medidas de isolamento mais rigorosas "sejam consideradas e organizadas antes do atingimento do colapso do sistema de saúde, cenário que acarretará diversas mortes evitáveis". Contrárias a este endurecimento das regras estão entidades que representam setores produtivos, como a Fecomércio, que lançou a campanha "O Comércio quer trabalhar". O argumento é que o fechamento de atividades comerciais não resolve o problema sanitário, apenas prejudica empresas e trabalhadores.

Membro do Comitê da SRGI para consultoria sobre a Covid-19, o infectologista Ronaldo Hallal considera que as taxas atuais de isolamento social são muito baixas para desacelerar a velocidade atual de transmissão e mortes. Na segunda semana de julho, o iso-

lamento atingiu 44,5% dos gaúchos. "Os gestores deveriam preparar estratégias de adesão ao isolamento que alcancem níveis próximos a 70% para impacto na progressão da epidemia. Isso inclui promover recursos e condições para que a maioria da população permaneça em casa até que se observe queda consistente em mortes e casos", defende.

Só regras não adiantam

Coordenador de pesquisa que apura a eficácia da ivermectina no tratamento precoce da doença, o infectologista Cláudio Stadnik afirma que, no momento, o distanciamento físico é a alternativa mais eficaz para desacelerar o contágio. "É inegável que isso funciona porque você só pega Covid se tiver outra pessoa próxima ou que tenha passado pelo mesmo ambiente." Ele compactua com a ideia de que se não forem adotadas ações mais severas haverá colapso no sistema de saúde. "Não vamos ter lugar para atender nenhuma pessoa, seja derrame, infarto ou Covid. Isso não irá apenas interferir na mortalidade da Covid, mas da população no geral", alerta.

Para Stadnik, o temido lockdown por um período de duas semanas é a melhor alternativa para reduzir a curva de contágio e mortes. Embora não tenha uma definição única, a medida é uma espécie de bloqueio total em que as pessoas devem, de modo geral, ficar em casa, e geralmente inclui o fechamento de ruas e proibição de deslocamentos e viagens não essenciais. "Mas isso só adianta se a população entender a necessidade. Do contrário, será só um monte de regras que ninguém vai seguir."



Prefeitura de Tubarão endureceu as restrições após aumento do número de casos

Estado não tem intenção de restringir ainda mais

O governo do Estado lembra que no modelo de distanciamento controlado não há uma bandeira específica para lockdown e que, por enquanto, não estão definidos critérios para a prática. "Mesmo na preta, ainda são permitidas algumas atividades, especialmente as essenciais, com maiores restrições de funcionamento", complementa, em nota. O Piratini admite que as regiões Metropolitana, principalmente por conta do avanço persistente do número de internações, Serra e Norte, especialmente perto de Passo Fundo, são as que mais preocupam no momento. "Há uma limitação da capacidade de expansão, tanto em estrutura física quanto em estrutura de recursos humanos", justifica. Por

isso, o governo reforça o apelo à população para que cumpra os protocolos de saúde e fique em casa para evitar a circulação ao máximo possível, para reduzir o contágio e, conseqüentemente, a demanda por estrutura de saúde." O objetivo é garantir que a estrutura existente seja suficiente para atender todos que necessitarem de tratamento - o Estado aumentou em 75% o número de leitos de UTI SUS Adulto, de 933 em março para 1.630 em julho. "Não é intenção do governo restringir ainda mais, pois o efeito colateral é muito negativo para a economia e a vida das pessoas. Por outro lado, se for necessário, poderão ser adotadas medidas mais duras por conta da saúde", observa, em nota.

MARCELO BECKER/DECOM/PMT

Região de Santa Catarina deixou de flexibilizar

Em Santa Catarina, onde o novo coronavírus também avança, a região de Tubarão voltou atrás na retomada gradual das atividades e estabeleceu medidas extremamente restritivas depois que algumas cidades tiveram aumento de 800% no número de casos em uma semana. A decisão foi definida pela Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel) e aprovada por unanimidade. No entanto, cinco prefeituras desistiram das medidas e entidades que representam setores produtivos criticaram a quarentena, como os municípios daquela região se referem às ações adotadas. Durante nove dias, todas as atividades não essenciais foram suspensas. Nem ônibus circularam nos municípios.

Bloqueio total não está no horizonte, diz prefeita

Em Novo Hamburgo, onde as mortes por Covid-19 cresceram mais de 200% nas três primeiras semanas de julho em comparação a todo o mês passado, a prefeita Fatima Daudt afirma que o lockdown não está no horizonte no momento, mas não descarta caso seja necessário. “Não fossem as medidas já adotadas em Novo Hamburgo, como a ampliação em 150% no número de leitos de UTI, o sistema de saúde já teria entrado em colapso. O Município está cumprindo as determinações do sistema de distanciamento controlado adotado pelo governo do Estado e, neste momento, não está no horizonte de Novo Hamburgo adotar o lockdown. Nos preocupa muito a questão econômica. No entanto, em primeiro lugar está a vida e em nenhum momento haverá dúvida em implantar o lockdown, se esta for a única alternativa”, alerta.

“A única opção que temos é o lockdown”

Coordenador do maior estudo epidemiológico do Brasil sobre Covid-19, o reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Pedro Hallal, defende o lockdown como melhor alternativa para controlar a doença neste momento. “Só dois tipos de estratégia têm eficácia comprovada até hoje contra o novo coronavírus. Ou a testagem em massa e busca ativa dos contatos, como foi feito em alguns lugares da Ásia, principalmente na Coreia do Sul, ou então o lockdown na fase mais rigorosa da doença. Nós defendemos a testagem em massa até pouco tempo, mas infelizmente ela não foi implantada. Portanto, se a fase mais rigorosa da epidemia no Estado é agora, então, a única opção que temos neste momento é lockdown, por isso, que tenho feito esta recomendação, apesar de saber que ela não é muito popular”, admite o epidemiologista.

Entrevista / Ronaldo Hallal Isolamento atual é baixo para frear avanço da Covid, alerta infectologista

O infectologista Ronaldo Hallal, que integra Comitê da Sociedade Riograndense de Infectologia (SRGI) para Consultoria na Covid-19, justifica por que a SRGI defende medidas mais severas no isolamento social.

Por que o Sul do País está sofrendo mais agora com a doença?

Ronaldo Hallal - A epidemia chegou inicialmente no Sudeste, Norte e Nordeste, possivelmente por razões que afetaram a circulação populacional, tais como aspectos geográficos, turísticos e comerciais. Além disso, as medidas de distanciamento social foram adotadas aqui no Estado precocemente e com altas taxas de adesão. Isso nos fez sentir uma sensação de que a epidemia não chegaria com força, uma espécie de “armadilha” que países do hemisfério Norte já haviam vivenciado.

Considera o índice de isolamento social no Estado e na Região Metropolitana adequado no momento?

Hallal - O Brasil não desenvolveu estratégias de contenção da epidemia, como a testagem e quarentena de casos suspeitos e contatos, por esta razão permitiu maior circulação do vírus na comunidade. As taxas atuais de isolamento social não atingem 40%, portanto, muito baixas para desacelerar a velocidade atual, de duplicação de mortes, por exemplo, que Porto Alegre atingiu nas últimas duas semanas.

Uma parcela da sociedade critica as atuais medidas de distanciamento social e considera que o Estado adotou medidas muito rigorosas no começo da pandemia, que estão se estendendo por tempo demais. Qual a sua

opinião a respeito?

Hallal - Me parece que as medidas foram adequadas considerando as informações disponíveis naquele momento e contribuíram para que não estivéssemos hoje com maior número de casos e mortes que atualmente observado. São decisões difíceis e sensíveis que trazem importante repercussão na vida da população, em diversos setores sociais, como cultura, economia, entre outras esferas. Não existe também no Brasil política de saúde federal, o que fragiliza a capacidade de decisão de governos e prefeitos, que ficam suscetíveis a pressões locais. Caso o Estado tivesse adotado estratégias de maior circulação, teríamos uma epidemia mais grave do que observado em abril e maio.

Qual cenário a SRGI projeta caso haja o afrouxamento das medidas de distanciamento social?

Hallal - Expectativa de crescimento exponencial e redução na oferta de leitos. Um modelo matemático estimou que poderíamos ter um esgotamento rápido da disponibilidade de leitos, cerca de 1,8 milhão de casos e perda de mais de 50 mil vidas até dezembro deste ano, caso as atuais medidas fossem reduzidas.

Qual a posição da SRGI sobre o chamado tratamento precoce, que algumas pessoas sugerem como alternativa ao isolamento social?

Hallal - Diversos medicamentos possuem atividade in vitro contra Sars-Cov-2 (*novo coronavírus*), ou seja, em células cultivadas em laboratório. Isso não é novidade, pois a hidroxicloroquina, por exemplo, tem atividade in vitro contra diversos vírus, e esta evidência não foi confirma-



Entenda as diferenças

Prefeituras e Estados afora costumam utilizar o termo quarentena para se referir às medidas de isolamento social adotadas, cujo rigor varia conforme o local. Já o governo gaúcho estabeleceu o critério das bandeiras. A amarela prevê restrições mais brandas e a preta, mais rigorosas. No entanto, o Ministério da Saúde utiliza outros três termos para definir medidas de distanciamento. São elas:

Distanciamento Social Seletivo: estratégia em que apenas os grupos que apresentam mais riscos de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave, como idosos e pessoas com doenças crônicas ou condições de risco como obesidade e gestação de risco.

Distanciamento Social Ampliado: estratégia não limitada a grupos específicos, exigindo que todos os setores da sociedade permaneçam na residência durante a vigência da decretação da medida pelos gestores locais. Esta medida restringe ao máximo o contato entre pessoas.

Bloqueio total (lockdown): nível mais alto de segurança e pode ser necessário em situação de grave ameaça ao sistema de saúde. Durante um bloqueio total, todas as entradas do perímetro são bloqueadas e ninguém tem permissão de entrar ou sair do perímetro isolado. O objetivo é interromper a maioria das atividades por um curto período de tempo. Tem custo econômico alto, mas se mostra eficaz na redução da curva de casos.



Fecomércio contra

Presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn discorda do fechamento das atividades, em especial do comércio e serviços. “É difícil evidenciar, com base nos dados monitorados pelo governo, que a abertura de empresas do setor de comércio e serviços tem tido um papel determinante na aceleração da contaminação. A abertura dessas empresas só acontece com a adoção de diversos protocolos obrigatórios que são compatíveis com as políticas de distanciamento social.” Ele alerta que as medidas

de restrição já adotadas provocaram mais de 123 mil demissões no Rio Grande do Sul entre março e maio, além de mais de 450 mil contratos de trabalho colocados em suspensão ou em redução de jornada. “Fechar empresas que estariam abertas respeitando rígidos protocolos que as tornam ambientes de baixa probabilidade de contágio, enquanto outros locais, de alta probabilidade de contágio estão aglomerando pessoas, se torna uma política de baixa efetividade e não resolve o problema da pandemia.”